

C N R H

MOBRALIZANDO O PIAUÍ

Cláudio de Moura Castro

Junho/1984

Brasília, 29 de junho de 1984.

MOBRALIZANDO O PIAUÍ

Cláudio de Moura Castro

Algumas entrevistas no MOBRAL do Piauí parecem confirmar traços que podem ser observados em outras regiões. Chamo a atenção para: (i) as dificuldades inamovíveis da alfabetização convencional, bem como para (ii) o aumento de autonomia e o fortalecimento das comissões municipais.

Parece haver hoje plena consciência – tanto nas lideranças estaduais quanto dentre os supervisores regionais do MOBRAL – de que a tarefa inicial de eliminar o analfabetismo no Brasil era impossível. Ao fervor dos primeiros anos, sucede-se uma legítima irritação diante a inviabilidade das metas centralmente propostas. O pessoal de campo percebe as dificuldades de se trabalhar com pessoas que pouca importância vêem na alfabetização e, também, registra os fraquíssimos resultados apresentados por um número significativo de alunos e a constância da ocorrência de problemas de aprendizado. Daí a ubíqua dificuldade de recrutar novos alunos, a alta taxa de deserção, também por toda parte encontrada, e a permanência de critérios muito frágeis e personalistas de avaliação do resultado final para a emissão do certificado de alfabetização. Na medida em que depende do próprio alfabetizador decidir se o aluno atende ou não as exigências de um decálogo formulado de maneira um pouco vaga, e de se esperar uma tendência para aprovar alunos de desempenho inadequado. Quando nada, é uma agressão a menos na auto-estima do quase ex-analfabeto. Como consequência, os 30% de matriculados que recebem certificado superestimam a proporção dos que realmente se alfabetizaram. Diante de todas estas dificuldades, parece mesmo surpreendente que cerca da metade dos recursos do MOBRAL estadual ainda se dirijam para a alfabetização. Todavia, e de se louvar a flexibilidade local, recentemente adquirida. Os cursos

podem ter duração variada, usar materiais diferentes e definir algumas outras regras. Há mesmo uma abertura para propostas experimentais; mas, tivemos indicações de que não tem sido utilizada pelas comissões municipais.

Em contraste, têm sido observados e narrados com entusiasmo diversos experimentos em que a alfabetização termina por ser uma reivindicação espontânea em programas de atendimento comunitário. Esse é o caso de um recente projeto de desenvolvimento comunitário em Terezina onde os moradores de COHABs se organizaram em conselhos de bairros. A reivindicação mais adiante de curso de alfabetização resultou das necessidades geradas pelas frequentes comunicações por escrito com o BNH (instruções e editais do BNH e necessidade de respostas escritas por parte do Conselho).

É instrutivo notar que o próprio pessoal do MOBRAL explicitamente registra não ser a alfabetização alguma coisa central ou particularmente funcional na vida de populações marginalizadas. Diante disso, cabe mais uma vez perguntar: Por que deverá o MOBRAL manter sua tradicional insistência na proposta de alfabetização tout court? Se os resultados são tão fracos, se a alfabetização nesses grupos é percebida como tão periférica, em nome de quem insistir? A insistência na alfabetização soa apócrifa e contraditória com o restante do esforço do pessoal de campo.

Parece haver unanimidade dentre os supervisores do Piauí quanto ao fortalecimento efetivo das comissões municipais. Este é um ponto muito importante em termos da trajetória de médio e longo prazo do MOBRAL, já que a enorme ampliação da variedade de sua programação é incompatível com uma gestão centralizada. O smorgasborg de programas hoje oferecidos é certamente inviável para uma estrutura que opera de forma integrada, do federal até o beneficiário final. É impossível a logística dessa operação de forma centralizada. Portanto, se o MOBRAL deve manter tal variedade de ações, estas deverão ser escolhidas, decididas e executadas a nível local. Em outras palavras, faz sentido

pensar em um MOBRAL federal como sendo uma mera federação de capítulos locais fortes e autônomos. A rede federal daria apenas recursos e assistência técnica. De pouco tempo para cá, já foram eliminadas as programações centralizadas, mas essa efetiva municipalização do MOBRAL requer comissões municipais ativas, responsáveis e sensíveis às necessidades locais. As indicações são de que isso estaria progressivamente acontecendo nos últimos anos. Não obstante, municipalização significa que alguns municípios terão iniciativa forte, outros mais tímida, e em outros não se justificará a mobilização de recursos. Isto é, esta tendência descentralizadora significará um grau crescente de diversidade na excelência da atuação do MOBRAL. Já se observam os primeiros sinais das consequências desse fortalecimento da iniciativa local, justamente pelo seu aspecto de exclusão de municípios cuja comissão é frágil ou pouco atuante.

Menos pelo MOBRAL e mais pela atualidade do tema, vale a pena explorar algumas perplexidades da municipalização do ensino. Em um município visitado, o coordenador do MOBRAL é ativo, dinâmico, atento e cheio de iniciativas. Não obstante, é autoritário e quer impor suas soluções aos povoados sob sua jurisdição. Visitamos um povoado que pela sua experiência prévia de participação comunitária é considerado rebelde ao forçar suas próprias idéias e iniciativas de como o MOBRAL deve atuar ali. O conflito com o coordenador municipal é ora latente e ora aberto. Mas percebendo a legitimidade dos pleitos do distrito, o MOBRAL estadual freqüentemente apóia discretamente as reivindicações do povoado. Em outras palavras, a descentralização não termina no município. Há os distritos que podem querer a autonomia e poder. E, curiosamente, as alianças de coordenadorias estaduais com os distritos, boicotando o município, correspondem a um caso talvez não muito incomum, de instâncias centrais reforçando um grau mais elevado de descentralização. Não se trata de generalizar a partir de tais exemplos, mas sim de ilustrar as perplexidades de fórmulas aparentemente simples e aceitas.

A oportunidade de conversar com um grande numero de supervisores e, mais adiante, com pessoas do MOBREAL no Maranhão permitiu testar reações iniciais a uma idéia já antiga: a utilização do MOBREAL como estrutura de apoio para a rede regular de 1.º grau. Isto poderia ser entendido como uma ação do MOBREAL em espaços vazios ou interstícios da rede regular, tal como alunos de fasados de série ou mesmo o próprio pré-escolar. Mas na verdade, não é este aspecto que nos interessa, mas sim a utilização da comissão municipal do MOBREAL como foco legítimo de iniciativas educacionais a nível local apoiando um conjunto de atividades de colaboração com o sistema formal. Reconstrução de escolas, equipamento, material pedagógico, treinamento de professores leigos, preparação de professores para o exercício de tarefas novas ou específicas, organização e apoio a supervisão e controle escolar são algumas das atividades que poderiam ser desempenhadas pelo MOBREAL. Mas, na verdade, estamos nos referindo a municípios pequenos e de fracas tradições educacionais. Estes estão geralmente em estados com pouca capilaridade e eficácia nos seus sistemas estaduais, bem como de grande pauperismo nas secretarias de educação. Bem sabemos que o êxito mais incontestado do MOBREAL tem sido suprir todos os seus alunos com material pedagógico de qualidade amplamente superior ao daquele utilizado virtualmente em todos os estados brasileiros, bem como de treinamento do seu pessoal de campo. As pessoas consultadas expressaram reações favoráveis e até mesmo entusiásticas com relação a esta idéia. Em contraste, ninguém se manifestou contra.

Por oportuno, valeria a pena discutir questões ligadas a imagem do MOBREAL. Os que convivem com os ares de Brasília não poderão deixar de haver notado as resistências e narizes torcidos que o nome do MOBREAL provoca, sobretudo, na área do MEC. Nos argumentos de superfície, centralismo, duplicação de papeis e falência no cumprimento dos seus objetivos emergem como as críticas usuais. Não obstante, a imagem de ingovernável pelo MEC, a arrogância de suas gestões anteriores e suas nebulosas conexões com órgãos de segurança participam de uma agenda latente de objeções, talvez mais potente.

Ao sair da órbita de Brasília e tomar contato com pessoas convivendo com sua ação direta é interessante registrar o virtual desaparecimento desses estigmas esterotipados na imagem do MOBRAL. Não é que inexistam críticas ou que sejam menos veementes. Mas não são críticas de princípio, ou de essência. É uma multidão de acusações mais concretas, ou pelo menos, mais heterogêneas entre si. O MOBRAL tende a ser aceito como instituição. Seu direito à vida e a atuações nessa direção geral não é contestado. Em outras palavras, os que estão na linha de frente não contestam seus papéis.